



TERCEIRO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE MARINGÁ

Procedimento Seletivo de Estagiários Remunerados nº 644/2019, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Data: 13/9/2019

Nome: _____

Instruções:

- 1) A prova terá a duração de **duas horas**, o que inclui o preenchimento do gabarito.
- 2) Cada questão objetiva tem quatro alternativas, identificadas pelas letras *a, b, c e d*, das quais apenas uma será a resposta correta.
- 3) Preencha o cartão de respostas corretamente, com caneta preta ou azul. Serão absolutamente desconsideradas (e, portanto, marcadas como incorretas) questões rasuradas, com mais de uma alternativa marcada ou respondidas a lápis.
- 4) No cartão de resposta, não é necessário pintar todo o espaço dedicado ao preenchimento da resposta, bastando marcá-lo com um "X", cuidando para que não invada o espaço destinado para as outras respostas (posto que poderá causar a invalidação de tais respostas).
- 5) O cartão de respostas da prova objetiva deverá ser preenchido com o nome e número do CPF do candidato. Já o cartão de respostas da prova subjetiva deverá ser preenchido apenas com o número do CPF, de maneira a manter a prova não identificada.
- 6) Durante a realização da prova, é expressamente proibida qualquer comunicação entre os candidatos, entre o candidato e qualquer pessoa que não esteja prestando a prova e não seja fiscal, além do uso de calculadoras, telefones celulares, qualquer outro aparelho eletrônico, e a consulta a livros ou similares. **Não coloque seu celular em modo avião ou no modo silencioso. Desligue-o e, preferencialmente, retire a bateria (se isso for possível).** Se ele tocar, vibrar ou for visto ligado, sua prova será integralmente anulada. Não haverá advertência prévia e não serão concedidas segundas chances.
- 7) Para falar com os fiscais, levante a mão e aguarde que o fiscal se dirija até você.
- 8) Os três últimos candidatos somente poderão se retirar da sala simultaneamente.
- 9) Os fiscais não estão autorizados a alterar a redação de qualquer questão. Se verificado erro, isso será comunicado após a aplicação da prova. Eventual questão errada será anulada, sendo considerada correta para todos os candidatos.
- 10) Os fiscais não estão autorizados a tirar qualquer dúvida dos candidatos. Todas as instruções necessárias para a realização da prova estão contidas nesse caderno.
- 11) O candidato deverá entregar o caderno de perguntas ao fiscal junto com o caderno de respostas. É proibida a saída do local de aplicação de provas acompanhado do respectivo caderno, durante o período de aplicação, sendo que o descumprido resultará na exclusão do candidato do certame.
- 12) A retirada do caderno de perguntas poderá ser realizada nos dois dias úteis posteriores à realização da prova, no gabinete do 3º Juizado Especial Cível de Maringá. A



TERCEIRO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE MARINGÁ

retirada será realizada mediante a apresentação de documento oficial de identificação.

13) A previsão para a divulgação dos resultados da prova escrita é na data de 20/9/2019, no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, anotando que tal prazo poderá ser estendido por necessidades excepcionais.



TERCEIRO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE MARINGÁ

Prova escrita – Caderno de perguntas

Parte objetiva

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

1) Analise as afirmativas, à luz do Código de Processo Civil vigente.

I. O comparecimento espontâneo do réu supre a falta de sua citação inicial.

II. Em nenhuma circunstância poderão ser citados os noivos, durante os três primeiros dias de suas bodas, devendo o oficial de justiça aguardar este prazo.

III. Quando, por três vezes, o oficial de justiça houver procurado o réu em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, poderá, mesmo não havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa de sua família.

IV. O locador que se ausentar do Brasil sem cientificar o locatário de que deixou na localidade, onde estiver situado o imóvel, procurador com poderes para receber citação, será citado na pessoa do administrador do imóvel encarregado do recebimento dos aluguéis.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

2) Considerando-se as disposições do Código de Processo Civil vigente sobre a competência dos órgãos jurisdicionais, é correto afirmar que

A) a competência dos órgãos judiciários é estabelecida no momento em que a ação é contestada.

B) as ações fundadas em direitos reais sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do autor.

C) nas ações de reparação do dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do réu.

D) a autoridade judiciária brasileira é competente para proceder a inventário e partilha de bens situados no Brasil, mesmo que o inventariado seja estrangeiro e tenha residido em outro país.

3) Sobre o tema “Das Provas”, é INCORRETO afirmar que:

A) os fatos notoriamente conhecidos não precisam ser provados pelas partes.

B) em qualquer estado do processo, o juiz pode determinar a produção de depoimento pessoal das partes, até mesmo de ofício.

C) a distribuição diversa do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes quando recair sobre direito indisponível.

D) o documento lavrado por oficial público incompetente, sendo assinado pelas partes, terá a mesma eficácia probatória que documento particular.



4) Julgue os itens a seguir, a respeito do Código de Processo Civil:

I. O Código de Processo Civil estabelece duas condições para se postular em juízo: o interesse de agir e a legitimidade da parte.

II. O oficial de justiça goza de proteção legal no sentido de não ser responsabilizado civil ou regressivamente em razão da recusa de cumprimento, no prazo estipulado, de atos determinados pela lei ou pelo juiz.

III. O dever de sanear o processo impõe ao juiz, sempre que perceber a existência de vício ou ausência sanável, determinar a correção do defeito.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas os itens I e II estão certos.
- B) Apenas os itens I e III estão certos.
- C) Apenas os itens II e III estão certos.
- D) Todos os itens estão certos.

LEI 9.099/95 (JUIZADOS ESPECIAIS)

5) Poderão ser partes no Juizado Especial Cível:

- A) As empresas públicas da União.
- B) As pessoas jurídicas de direito público.
- C) O preso, a massa falida e o insolvente civil.
- D) As pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

6) Sobre a participação de preposto e representação e assistência por advogado nos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) o mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.
- B) o juiz alertará as partes da conveniência do patrocínio por advogado, quando a causa o recomendar.
- C) o réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício.
- D) sendo facultativa a assistência de advogado, se uma das partes comparecer assistida por advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, terá a outra parte, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local.

7) Quanto aos temas “Das Partes” e “Do Pedido”, nos processos relativos aos Juizados Especiais Cíveis, regulados pela Lei no 9.099/1995, admitir-se-á:

- A) assistência.
- B) litisconsórcio.
- C) reconvenção.
- D) intervenção de terceiros.

8) Nos Juizados Especiais Cíveis, reconhecida a incompetência territorial,

- A) os autos devem ser remetidos ao Juizado do foro competente, com a anulação apenas dos atos decisórios praticados até então.



TERCEIRO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE MARINGÁ

B) os autos só devem ser remetidos ao Juizado do foro competente se o réu demonstrar efetivo prejuízo à sua defesa, caso contrário, há prorrogação de competência.

C) os autos devem ser remetidos ao Juizado do foro competente, preservando-se todos os atos processuais até então praticados.

D) o processo deve ser extinto, sem resolução do mérito, por expressa determinação legal.

9) Assinale a alternativa que aponta causa de competência do Juizado Especial Cível.

A) Ação de despejo para uso próprio.

B) Ação monitória, cujo valor não supere 40 salários mínimos.

C) Ação de despejo por falta de pagamento, cumulada com cobrança, cujo valor não supere 40 salários mínimos.

D) Ação revisional de aluguel.

10) Devem ser afastados os efeitos da revelia quando o demandado

A) deixa de apresentar contestação, mas é favorecido pelos elementos apresentados em contestação de seu litisconsorte.

B) ausente à audiência de instrução se faz representar por advogado e apresenta defesa.

C) ausente à sessão de conciliação comparece à audiência de instrução e apresenta resposta.

D) não apresenta resposta, mas comparece à audiência de instrução.

11) A respeito dos atos processuais no Juizado Especial Cível, é correto afirmar:

A) não poderão ser realizados em horário noturno.

B) não devem ter sua nulidade pronunciada, senão quando desta resultar prejuízo.

C) devem ser realizados em dias úteis, das 6 às 20 horas.

D) devem ser reduzidos a termo escrito, sob pena de nulidade.

12) Obtida a conciliação entre as partes, em sessão para tanto designada,

A) o termo de conciliação, após homologado pelo juiz togado, valerá como título executivo extrajudicial.

B) restará à parte, eventualmente arrependida, recorrer da sentença homologatória.

C) será proferida sentença homologatória e extinto o processo sem resolução do mérito.

D) será proferida sentença homologatória e extinto o processo com resolução do mérito.

13) Nos Juizados Especiais Cíveis, a sentença condenatória

A) deve ser líquida, ainda que genérico o pedido.

B) pode ser de natureza diversa da pedida.

C) pode condicionar a procedência do pedido a evento futuro e incerto.

D) pode ser ilíquida, quando genérico o pedido.

14) A sentença condenatória transitada em julgado, que excedeu o valor de alçada estabelecido por lei para os Juizados Especiais Cíveis, será:

A) integralmente válida e eficaz, pois ocorrida prorrogação da competência.



B) sujeita à ação rescisória, no prazo de 2 anos.

C) nula de pleno direito, porque fere norma cogente de competência absoluta.

D) ineficaz apenas na parte que exceder o valor de alçada.

15) Quanto ao recurso inominado nos Juizados Especiais, é correto afirmar:

A) é cabível contra a sentença proferida pelo Juízo singular, mesmo se ela for homologatória de conciliação.

B) para sua interposição as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado.

C) poderá ser escrito ou oral.

D) exige preparo que deve ser comprovado em até cinco dias após a interposição, sob pena de deserção.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

16) Sobre a relação jurídica de consumo, assinale a alternativa INCORRETA conforme os dispositivos do CDC.

A) produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

B) equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

C) serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração ou puramente gratuita, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

D) fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

17) Sobre o tema “Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Defesa do Consumidor”, assinale a alternativa INCORRETA.

A) o Código de Defesa do Consumidor não exige confusão patrimonial para a aplicação da teoria.

B) o Código de Defesa do Consumidor adota a chamada “Teoria Menor”.

C) será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica, provocados por má administração.

D) o Código de Defesa do Consumidor adota a possibilidade de desconsideração, somente nos casos de inversão do ônus da prova, quando servir de instrumento de proteção do consumidor.

18) “O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em _____, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.”

Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

A) 30 dias

B) 90 dias

C) 1 ano

D) 3 anos



19) No tocante às relações de consumo, é correto afirmar que

- A) a pessoa jurídica não sofre dano moral indenizável.
- B) é isento de responsabilidade o fornecedor que não tenha conhecimento dos vícios de qualidade por inadequação de produtos e serviços de consumo.
- C) a reparação do dano moral coletivo está prevista no Código de Defesa do Consumidor.
- D) a interpretação das cláusulas contratuais deve ocorrer de forma a não favorecer nem prejudicar o consumidor.

20) Considera-se o produto defeituoso

- A) quando outro, de melhor qualidade e do mesmo fabricante, for colocado no mercado.
- B) aquele que apresenta alto grau de periculosidade.
- C) aquele que não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes.
- D) o produto nacionalizado, que não cumprir com as especificações nacionais aplicáveis à sua natureza.



TERCEIRO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE MARINGÁ

Parte discursiva



Questão única. A charge retrata uma situação na qual as pessoas ali retratadas buscariam o Judiciário numa ânsia por auferir ganhos fáceis e não para reparação da ofensa à moral e à dignidade.

Diante desse cenário, discorra, no caderno de respostas, sobre o tema “banalização do dano moral”.



TERCEIRO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE MARINGÁ

Gabarito

- 1) B
- 2) D
- 3) C
- 4) B
- 5) D
- 6) A
- 7) B
- 8) D
- 9) A
- 10) A
- 11) B
- 12) D
- 13) A
- 14) D
- 15) B
- 16) C
- 17) D
- 18) B
- 19) C
- 20) C